



Este projeto é financiado
pela União Europeia

Proposta de currículo educativo para o ensino médio sobre promoção da igualdade de gênero entre adolescentes e jovens brasileiros

**Elaborado por Marcos Nascimento & Silvani Arruda
Junho 2015**

Contexto

“O Valente não é Violento” é uma iniciativa da campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que conta com o envolvimento de todas as agências da ONU e é coordenada pela ONU Mulheres. Tem como objetivo estimular a mudança de atitudes e comportamentos dos homens e meninos, enfatizando a necessidade do seu envolvimento pelo fim da violência contra as mulheres e meninas. Até o momento, a iniciativa já foi lançada em oito países da América Latina: além do Brasil, Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Honduras, Paraguai, Peru¹.

Este documento foi elaborado pelos consultores Marcos Nascimento e Silvani Arruda, com revisão da ONU Mulheres e da UNESCO e financiamento da União Europeia. Seu objetivo é apresentar uma proposta de currículo educativo para o ensino médio acerca de temas relacionados à igualdade de gênero, sexualidades e prevenção de violências.

O documento está dividido em duas partes, compreendendo os seguintes aspectos: (1) um breve panorama sobre o ensino médio no Brasil, incluindo considerações acerca da educação para as diversidades de gênero, sexual e étnico-racial; (2) uma proposta de currículo educativo para o ensino médio acerca destes temas e suas vinculações com a promoção da igualdade de gênero no âmbito escolar.

Parte I: Breve panorama do ensino médio no Brasil

Introdução

¹ <http://www.ovalentenaovievolento.org.br/>. Acesso em 25/10/2014.

Desde 1988, a educação básica brasileira está constituída da seguinte maneira:

- i. a educação infantil que compreende a creche e a pré-escola,
- ii. o ensino fundamental: compreende os anos iniciais (1º ao 5º ano) e os anos finais (6º ao 9º ano),
- iii. o ensino médio: compreende a 1ª, 2ª e 3ª séries.

Conta-se, ainda com a Educação para Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade nas etapas dos ensinos fundamental e médio, que recebe jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada por algum motivo.

O Ensino Médio é considerado a etapa final da educação básica e integraliza a formação que todo/a brasileiro/a deve ter para enfrentar com melhores condições a vida adulta. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, dos adolescentes entre 15 e 17 anos que frequentavam a escola, 5.459.845 estavam cursando o ensino médio, o que seria esperado para essa faixa etária. Esse número correspondia a 61,6% do total de adolescentes matriculados na escola (8.857.885). Em relação ao indicador de gênero, havia mais mulheres matriculadas no ensino médio entre o total de adolescentes de 15 a 17 anos que frequentavam a escola: 2.981.617, em oposição a 2.478.228 de homens. Esse dado revela que os meninos são mais atingidos pela exclusão escolar. No tocante à raça, do total de adolescentes de 15 a 17 anos que frequentavam o ensino médio, 2.725.548 eram brancos, 2.692.425 negros e 41.872 amarelos e indígenas. Esse dado reflete a situação de desvantagem da população negra e indígena em relação à educação no ensino médio. (PNAD, 2011).

De maneira semelhante, dados do censo escolar de 2014 mostram que dos 7.230.490 alunos/as do Ensino Médio, 3.852.861 são mulheres e 3.377.629 são homens. Existe, portanto, uma maior adesão das garotas ao ensino regular, enquanto há uma maior evasão dos garotos. No Ensino de Jovens e Adultos (EJA), contabilizamos 1.723.151 homens contra 1.723.181 mulheres. (INEP, 2014)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)², o Ensino Médio deve assegurar:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

² BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 23 de março de 2015.

O artigo 36 da LDBEN aponta que o currículo do Ensino Médio engloba a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; e a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. Busca adotar metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes, a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado e a afetividade, facilitando a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto, o imprevisível e o diferente. E, como expressão de identidade nacional, deverá facilitar o reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira e das formas de perceber e expressar as realidades próprias dos gêneros, das etnias e das muitas regiões e grupos sociais do país (BRASIL, 2000).

1. A questão das diversidades no currículo de ensino médio: contextos, desafios e entraves

Por meio de uma breve revisão de currículos educativos de alguns estados brasileiros³, podemos perceber que a igualdade de gênero e étnico-racial, as sexualidades e o enfrentamento das violências não são temas priorizados. A título de exemplo, no currículo do estado de São Paulo de 2012, a temática sobre relações de gênero é citada na disciplina História (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, página 31), no seguinte parágrafo:

Por exemplo, tendo em vista a importância de que o estudante desenvolva a consciência de que a convivência social deve ser alicerçada na percepção e no respeito aos elementos identitários que caracterizam e diferenciam os indivíduos e os grupos que compõem a sociedade, recomenda-se a ênfase, nas aulas de História, das questões de alteridade. Situações históricas para isso não faltam, envolvendo desde temas mais gerais – como as relações entre romanos e bárbaros germânicos, europeus e africanos, europeus e povos americanos ou asiáticos, católicos e protestantes na Europa do Renascimento – até problemas mais específicos – como a perseguição histórica aos judeus, desde a Antiguidade, a questão dos escravos após a independência dos Estados Unidos da América ou durante a Guerra Civil, as **relações de gênero** (*grifo nosso*), a xenofobia e o racismo contemporâneos, a sexualidade, o imperialismo etc.

Na 3ª série do Ensino Médio, no quadro habilidades, a proposta da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo é a de desenvolver no ensino médio o “espírito crítico em relação à historicidade da condição feminina; estabelecer relações entre a luta feminina e a ampliação dos direitos civis e se estabelecer uma reflexão sobre o significado e a importância do movimento feminista na luta pelos direitos das mulheres” (Fini & Miceli, 2012, p. 148).

³ Para a análise da questão das diversidades no currículo de ensino médio, utilizamos as seguintes publicações, disponíveis na internet: FINI, Maria Inês & MICELI, Paulo. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias. São Paulo: Secretaria da Educação, 2012; SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998; SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Currículo em movimento: da educação básica ao ensino médio. Brasília: 2011-2012. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED, 2009.

Em relação à discriminação racial, notamos que o racismo constitui um obstáculo à permanência dos/as adolescentes na escola. Segundo publicação de importantes organizações paulistas na área da educação (Ação Educativa, ECOS & Instituto Sedes Sapientiae, 2011)⁴, o racismo na escola se materializa não apenas através de atitudes ativas como agressões, humilhações, violências físicas, mas igualmente de formas “sutis”, como a falta de reconhecimento e de estímulo, a negação da história de resistência do povo negro no Brasil e de suas identidades. Ainda no currículo do Estado de São Paulo, sugere-se que as discussões sobre **violência urbana** ou **racismo** podem ser desenvolvidas pelos/as professores/as de Sociologia ou História, a partir de um diálogo com o/a professor/a de Filosofia, com vistas à aquisição das seguintes habilidades:

- a. Reconhecer e identificar algumas das principais reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos;
- b. Desenvolver o espírito crítico em relação aos conflitos sociais, a desigualdade, o racismo, o preconceito, a diferença e a questão ambiental a partir das experiências cotidianas do jovem.

Entendendo que não é possível desconsiderar as articulações entre as dimensões de gênero, cor/raça, classe social e orientação sexual/identidade de gênero que constituem o perfil dos/as alunos/as brasileiros/as, cabe ao governo e a sociedade civil compreender o lugar que as diversidades de gênero, sexual e racial ocupam na contemporaneidade.

Para destacar alguns aspectos importantes nas trajetórias curriculares brasileiras nos séculos XX e XXI, elaboramos essa linha do tempo que busca mostrar a trajetória da temática da educação integral em sexualidade⁵, suas inter-relações com outros marcadores sociais da diferença, e as diretrizes atuais para o ensino médio.

Linha do Tempo da inclusão de temas relacionados à Diversidade de Gênero, Sexual e Étnico-racial na Educação Brasileira

1920	<p>Os primeiros registros sobre a educação sexual nas escolas datam do início do século XX. Influenciada pelas correntes médicas e higienistas francesas, as propostas desse momento tinham como objetivo de “combater a masturbação e as doenças sexualmente transmissíveis”.</p> <p>Berta Lutz, considerada a pioneira do feminismo brasileiro, fundou a <i>Federação Brasileira pelo Progresso Feminino</i>, uma organização que lutava pelo voto e pelo direito de as mulheres trabalharem sem necessitar da autorização do marido. Em conjunto com outros grupos sociais, Lutz propôs a criação de um programa de educação sexual que incentivasse a reflexão acerca da importância da maternidade e da infância na sociedade brasileira.</p>
-------------	--

⁴ AÇÃO EDUCATIVA, ECOS & INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE/SP. Campanha Educação Não Sexista e Antidiscriminatória. São Paulo, 2011.

⁵ Por educação em sexualidade, entendemos uma forma de trabalhar a saúde sexual e a saúde reprodutiva em termos mais abrangentes, propiciando um aprendizado não só na aquisição de novos saberes, mas pela inclusão do questionamento de atitudes e o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisão, comunicação, negociação e redução de riscos em relação à infecção pelo HIV e outras IST (infecções sexualmente transmissíveis); ao uso do álcool e outras drogas e às situações de violência. Parte de uma abordagem apropriada para cada um dos ciclos da vida – infância, adolescência, juventude – fornecendo informações cientificamente corretas, realistas e sem pré-julgamentos (Unesco, 2014).

1928	Durante o <i>Congresso Nacional de Educadores</i> , foi aprovada uma proposta de Educação Sexual nas escolas, para crianças acima de 11 anos de idade.
1930	O <i>Colégio Batista</i> , uma instituição de ensino carioca voltada para a educação de meninos, incluiu em seu currículo a educação sexual e ideias de Charles Darwin sobre a teoria evolucionista das espécies, e foram seguidas por outras escolas públicas e privadas. Esses estabelecimentos sofreram uma forte hostilidade por parte da Igreja Católica e de muitas famílias.
1938	O livro de Oswaldo Brandão e Silva – <i>Iniciação Sexual-Educacional (Leitura Reservada)</i> – de 1938, foi uma publicação voltada especificamente para os rapazes. Tinha por objetivo orientar os jovens sobre os cuidados em relação a sua vida sexual, bem como o estímulo à constituição de famílias numerosas e saudáveis. As jovens, por outro lado, não tinham acesso a estas informações.
1964	O golpe militar e a instalação da ditadura no país foram marcos de intensa repressão às liberdades democráticas. Nessa época, os livros do padre católico Charboneau, professor de Teologia da <i>Universidade de Montreal</i> , apesar de serem escritos numa linguagem filosófica e sob a ótica da moral católica cristã, serviram de referência para muitas famílias e educadores sobre como tratar o tema da sexualidade.
1968	A deputada federal Julia Steimbruck, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de Lei que visava o ensino obrigatório da educação sexual em todas as escolas de nível primário e secundário. Encaminhado a então <i>Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura</i> , formada por padres, militares e deputados federais, o projeto não foi aprovado.
1970	Mesmo vivendo sob o regime ditatorial, o movimento feminista e os estudos sobre gênero fortaleceram os debates sobre sexualidade e reprodução. Em 1978, ano em que se iniciou a abertura política, foi realizado o <i>1º Congresso Nacional sobre Educação Sexual nas escolas</i> , em São Paulo.
1979	A <i>Fundação Carlos Chagas</i> coordenou uma pesquisa com jovens de 15 a 17 anos para avaliar valores relacionados à sexualidade. Foram publicados, também, os livros <i>Sexo e Juventude e Educação Sexual: debate aberto</i> , ambos de Carmem Barroso e Cristina Bruschini.
1983	Em função da pandemia de aids, a educação sexual no Brasil assumiu um caráter <i>preventivista</i> . A escola apareceu como um cenário privilegiado para a divulgação de informações sobre as doenças sexualmente transmissíveis e o HIV.
1988	A partir da Constituição Federal de 1988, o Ensino Médio gratuito passa a ser um dever do Estado, garantindo que todos os brasileiros cursassem essa etapa do ensino básico.
1990	A partir dessa década é que se observa um real incremento nas políticas públicas para jovens. O foco das ações concentrou-se no enfrentamento à violência urbana, no desemprego, na exploração sexual comercial infantil, na violência doméstica e sexual. Também nesta década, o conceito de gênero começou, definitivamente, a fazer parte da educação sexual brasileira.
1994 e 1995	A <i>Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento</i> (1994) e a <i>IV Conferência Mundial sobre a Mulher</i> (1995) trouxeram novos conceitos e recomendações políticas no que tange aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos. O governo brasileiro foi signatário desses acordos, comprometendo-se a aplicar as recomendações dessas conferências na prática cotidiana de escolas e serviços de saúde.
1998	Com a publicação dos <i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i> (PCN) iniciou-se uma nova era no que diz respeito ao ensino-aprendizagem sobre sexualidade e saúde reprodutiva. A <i>Orientação Sexual</i> – nome utilizado por alguns grupos e assumido pelo Ministério da Educação – torna-se um tema transversal, ou seja, passível de ser abordado em todas as disciplinas. Os eixos conceituais desta proposta são: Corpo – Matriz da sexualidade; Relações de Gênero e Prevenção às DST/Aids.
2000	Foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), abordando os seguintes temas:

	<p>Parte I: Bases Legais</p> <p>Parte II: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias</p> <p>Parte III: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias</p> <p>Parte IV: Ciências Humanas e suas Tecnologias</p>
2003	<p>Período em que houve um aumento dos debates em torno da necessidade de políticas educacionais voltadas para a promoção da equidade de gênero, da superação das desigualdades étnico-raciais e regionais, de enfrentamento do racismo e do preconceito em relação aos negros, homossexuais e outros grupos identitários, assim como de políticas públicas para adolescentes e jovens.</p> <p>A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e, no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ajudaram a traçar políticas e propostas educacionais que pudessem efetivamente contribuir para a redução das desigualdades de gênero, étnico-raciais e de classe nos diferentes níveis de ensino.</p> <p>A Lei 10.639 estabeleceu a obrigatoriedade de inclusão de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras nos currículos do ensino fundamental e médio.</p> <p>Em uma parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e agências das Nações Unidas – Unfpa, Unesco e Unicef – foi criado o <i>Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE</i>, uma proposta intersetorial que visava à promoção de ações conjuntas entre os setores da saúde e educação e a disponibilização de preservativos nas escolas, a partir de atividades educativas sobre sexualidade.</p>
2004	Lançado o Programa Brasil sem Homofobia e Escola sem Homofobia.
2005	Foi criada a Secretaria Nacional de Juventude com o objetivo de reinserir os jovens que se encontravam fora da escola e do mercado de trabalho formal em programas de elevação da escolaridade articulados com cursos de formação profissional.
2007	Foi criado o <i>Programa Saúde na Escola – PSE</i> , uma proposta de ação intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de promover atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público. Este programa tem como uma de suas metas o fortalecimento da participação juvenil nas decisões cotidianas da escola. Neste mesmo ano, foi lançada a publicação <i>Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos</i> , editada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação.
2013	<p>Foi lançado o <i>Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio</i>, instituído pela Portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, tem como objetivo promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM (Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012).</p> <p>O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) aponta para a necessidade de promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica.</p>
2014	Foi retirada do texto do Plano Nacional de Educação ⁶ a menção às questões de gênero e orientação sexual. A supressão é efeito da pressão de setores religiosos conservadores que, incomodados com práticas pluralistas que contradizem seus valores morais, têm dificultado o desenvolvimento

⁶ O Plano Nacional de Educação (PNE), Projeto de Lei 8035/ 2010, define as diretrizes e metas para a educação.

de políticas em nome dos direitos das mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como qualquer medida no marco dos direitos humanos no âmbito da educação.
--

Fonte: Este quadro foi elaborado a partir das seguintes publicações: BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. *Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola*. São Paulo: Cortez, 1998; SAYÃO, Yara. *Orientação Sexual na escola: os territórios possíveis e necessários*. In: AQUINO, J. G.(org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997; SAYÃO, Roseli. *Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola*. In: AQUINO, J. G.(org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997; BRASIL/MEC. *Linha do Tempo: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. [Acesso em 23 de março de 2015]; AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Plano Nacional de Educação: por que gênero assusta tanto?* Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/plano-nacional-de-educacao-por-que-o-genero-assusta-tanto/>. [Acesso em 23 de março de 2015]

Como visto anteriormente, no tocante às diretrizes como identidade, diversidade e autonomia que estão vinculadas à promoção da igualdade de gênero, percebemos uma série de lacunas. De acordo com o documento recente do Unicef (2014), temas como a violência intrafamiliar e no entorno da escola, a gravidez na adolescência e na juventude, a organização e a infraestrutura da escola, a falta de diálogo entre alunos/as e professores/as, a desmotivação dos/as educadores/as, as situações de *bullying* e outras violências, representam alguns dos desafios presentes no ensino médio brasileiro (Unicef, 2014).

2. Gênero, formação docente e currículo educativo: um diálogo necessário

A Formação Continuada de Professores e Coordenadores Pedagógicos do Ensino Médio tem por objetivos contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos e rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Vale ressaltar que as concepções de currículo estão intimamente relacionadas às práticas cotidianas e aos valores sociais, culturais e históricos vigentes e que constituem a formação de cidadãos e cidadãs. Ao buscarmos refletir sobre algumas questões relacionadas ao currículo escolar, chama-nos a atenção para a negação ou silêncio sobre algumas culturas e grupos sociais menos favorecidos cultural, histórica e socialmente em nossa sociedade, como, por exemplo, os afrodescendentes, as mulheres, os homossexuais, entre outros. Acaba por prevalecer uma hegemonia por parte de grupos privilegiados, ignorando que o ideal seria que a instituição escolar fosse um espaço para a igualdade de oportunidades para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Santomé, 2011). Desta forma, um currículo pode dificultar a capacidade de reação das pessoas frente aos preconceitos e discriminações.

Neste sentido, carece ao currículo do Ensino Médio e à formação dos/as educadores/as, a inclusão da perspectiva de gênero como uma ferramenta útil na valorização das diferenças socioculturais e na superação das desigualdades. A despeito de não fazer parte dos PCN de Ensino Médio, a perspectiva de gênero perpassa as pautas necessárias para uma prática pedagógica mais congruente. É uma maneira de assegurar a todo o alunado, a igualdade de oportunidades e de participação no espaço escolar e na sua própria comunidade.

A escola é um dos espaços institucionais fundamentais para a construção dos saberes, do conhecimento, mediante o questionamento de determinados saberes e/ou verdades. As concepções atuais acerca do gênero provocaram modificações no contexto escolar, direcionadas às exigências criadas pelas transformações econômicas e sociais resultantes da globalização, dos avanços científicos e tecnológicos e do papel que o mercado vem assumindo na esfera global. Nessa lógica, os/as professores/as passaram a receber uma formação que os habilitasse a exercer suas funções na sociedade do conhecimento. Vivencia-se na sociedade contemporânea um momento de mudanças significativas e diversas, sobretudo no que diz respeito ao paradigma educacional, levando a instituição escolar e os/as professores a reverem e reorganizarem o processo educacional para atender às novas demandas deste século (Araújo e Camargo, 2013 p. 106).

No entanto, apesar das discussões teóricas e críticas sobre a necessidade de revisão de currículo e da formação de professores/as, ainda nos deparamos com uma escola presa a paradigmas tradicionais que tendem a desconsiderar e a ignorar a desigualdade entre os gêneros. A inclusão de discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidades nos currículos faz-se mais do que necessária para a formação de professores/as do Ensino Médio, favorecendo análises e processos de reflexão sobre as desigualdades – de gênero, étnico-racial, geracional, diversidade sexual, identidade de gênero e as violências.

Por essa razão, é preciso qualificar permanentemente as pessoas que trabalham na escola, em especial os/as professores/as. Entendemos como urgente e necessário avançar na construção de um currículo plural e inclusivo, que apresente uma perspectiva multi/intercultural e abra espaço para que diferentes gêneros, etnias, faixas etárias e necessidades de aprendizagem, além de outras categorias da diversidade, sejam efetivamente contempladas. É preciso, ainda, investir em sistemas de avaliação de resultados e de indicadores educacionais que já estão sendo operados, ou os que venham a se instituir. (Bezerra e Ribeiro, 2009 – p. 12).

Parte II: Por uma proposta de currículo educativo para o ensino médio direcionado à promoção da equidade e igualdade de gênero

Com vistas a contribuir com a construção coletiva de um modelo educacional que responda às transformações científica, econômica, social e tecnológica, a Unesco (2013) desenvolveu um protótipo de currículo⁷ abrangendo o **ensino médio** e o **ensino médio integrado à educação profissional**, gerando uma matriz referencial, apoiada pelo Ministério da Educação, objetivando cumprir com o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garantindo a consolidação das aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e práticas de trabalho e sociais.

Esse protótipo busca, ainda, preparar adolescentes e jovens para enfrentar os problemas da vida cotidiana e de “participar na definição de rumos coletivos, na busca de uma perspectiva mais humana, para si mesmo e para a sociedade em que vive, promovendo o aperfeiçoamento dos valores humanos e das relações pessoais e comunitárias” (Unesco, 2013, p. 6)⁸.

Voltado especialmente para escolas públicas, o protótipo tem como características:

1. Preparação dos estudantes para o mundo do trabalho e a prática social, sem pretender certificá-los para habilitações técnicas específicas, mas orientá-los em suas escolhas.
2. Educação feita por meio do trabalho e do engajamento em outras práticas sociais.
3. Vivência das regras de convívio, de processos democráticos, de iniciativa, de responsabilidade, de cooperação e de respeito à diversidade ou às diferenças.
4. Estímulo para o planejamento coletivo e a organização democrática das atividades de aprendizagem e do tempo, do espaço e dos recursos disponíveis, dentro e fora da escola.
5. Apresentação gradativa de desafios de observação crítica e proposta de transformação ou inovação em diferentes domínios: na existência individual, no lar, na escola, na comunidade e na sociedade mais abrangente.

Tal qual a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, este protótipo abarca quatro áreas específicas: (1) Linguagens, Códigos e suas tecnologias; (2) Ciências da Natureza e suas tecnologias, (3) Ciências Humanas e suas tecnologias e (4) Matemática e suas tecnologias. Inspirados nesse modelo, propomos para cada área específica, as seguintes temáticas: (1) **normas sociais de gênero**, em que buscamos destacar a necessidade de questionar normas sociais que produzem e legitimam as desigualdades entre homens e mulheres, muitas vezes naturalizadas e banalizadas no cotidiano; (2) **direitos sexuais e reprodutivos**, em que fomentamos a promoção de uma visão positiva acerca da sexualidade, a partir de uma perspectiva de gênero e de direitos, incluindo temáticas acerca da saúde; e (3) **violências baseadas em gênero**, com o objetivo de

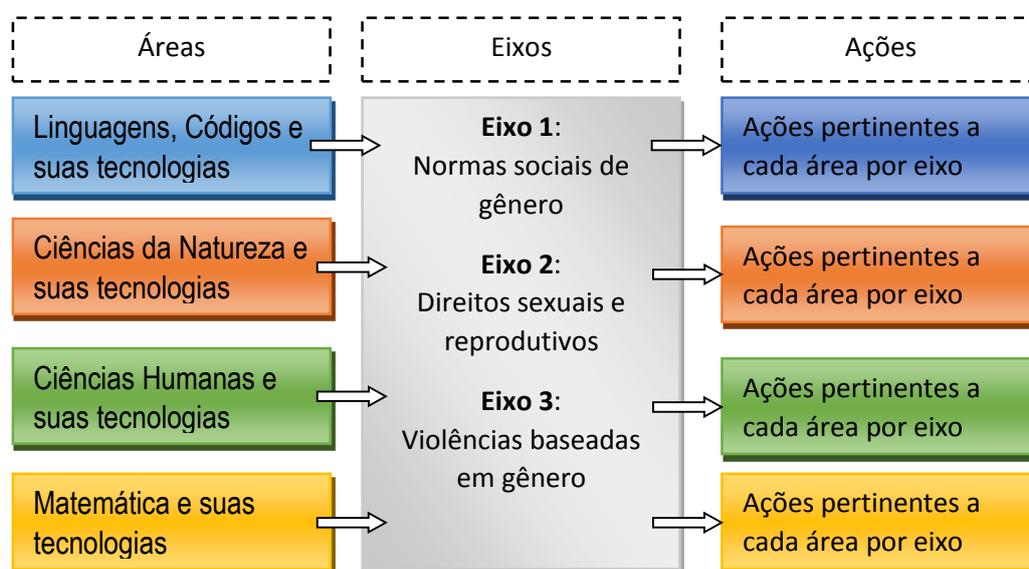
⁷ UNESCO. **Currículo integrado para o Ensino Médio**: das normas à prática transformadora. Brasília: UNESCO, 2013.

⁸ Idem.

questionar assimetrias de poder nas relações entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres. Essa divisão se pretende didática, por que acreditamos que essas temáticas estão entrelaçadas e precisam ser vistas segundo uma perspectiva integral e relacional.

Desse modo, a figura 1 sintetiza o protótipo do currículo escolar para o ensino médio e o ensino médio integrado à educação profissional e os quadros (I a IV) apresentam sugestões básicas e necessárias para a promoção da igualdade de gênero e da saúde entre adolescentes e jovens inspirado nesse modelo.

Figura 1:
Síntese da proposta de currículo escolar nos temas de gênero, sexualidades e violências para o ensino médio



Elaborado por Arruda & Nascimento (2015)

De acordo com a pesquisa *O Que Pensam os Jovens de Baixa Renda Sobre a Escola*⁹, feita com 1 mil estudantes de 15 a 19 anos do ensino médio de São Paulo e de Recife, um dos fatores de desmotivação apontados pelos/as estudantes é a percepção de que não há utilidade no conteúdo das aulas. Para eles, a escola deveria oferecer atividades mais práticas e usar exemplos do cotidiano em sala de aula para facilitar o aprendizado. Outro problema detectado na mesma pesquisa é que não há uma busca por uso de recursos tecnológicos nas práticas pedagógicas, apesar de os adolescentes utilizarem de forma intensa as novas tecnologias. A conclusão a que se chegou é que a escola não está apta para lidar com as diversas culturas juvenis e, particularmente, em atribuir sentido aos conteúdos oferecidos aos adolescentes oriundos de contextos sociais de baixa renda. (Unicef, 2014 – p. 84).

⁹ Projeto de pesquisa desenvolvido pelo Cebrap com o apoio da Fundação Victor Civita. São Paulo, junho, 2013.

Em termos de metodologia, os métodos utilizados e o ritmo das aulas entram em choque com a realidade dos/as alunos/as do Ensino Médio, mostrando a existência de um descompasso entre a velocidade e a fluidez do cotidiano de adolescentes, diminuindo a concentração e o envolvimento dos/as alunos/as com as disciplinas (Unicef, 2014 – p. 87). Sob outro ponto de vista, existe ainda uma grande dificuldade dos/as docentes de perceber os/as alunos/as como sujeitos de direito, desprezando a participação desses adolescentes na busca pela igualdade, equidade e não violência.

Enfim, precisamos pensar em metodologias mais próximas à realidade dos/as alunos/as que considerem as especificidades deste ciclo de vida e de suas culturas. Nesse sentido, a seguir, além de uma breve apresentação das áreas do ensino médio, sugerimos alguns planos de aula para cada uma delas (Quadros I, II, III e IV).

1. Área das **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**:

Essa área é constituída por um conjunto de disciplinas como Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (LEM), Educação Física e Arte, e compreende diferentes linguagens centradas nas dimensões comunicativas da expressão, informação e argumentação.

Favorece que os/as estudantes analisem, interpretem e utilizem os recursos expressivos da linguagem, relacionando textos com seus contextos, confrontando opiniões e pontos de vista e respeitando as diferentes manifestações da linguagem utilizada por diversos grupos sociais, em suas esferas de socialização. Permite ainda, o tratamento de temas como: preconceito racial nos esportes, discriminação contra portadores de deficiências em atividades esportivas, o papel das mídias na construção de padrões de beleza corporal, os vários significados atribuídos ao corpo, as relações entre exercício físico e saúde, o lazer na vida cotidiana, entre os mais importantes.

Quadro I: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Área	Eixo	Objetivos/Aulas	Duração
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Normas sociais de gênero	✓ Discutir os conceitos de sexo, gênero e sexualidades (Plano de aula 1 – Aula 1: O que é Sexo? O que é Gênero?) .	50 minutos
		✓ Favorecer o questionamento das expectativas sociais sobre o feminino e o masculino. (Plano de aula 4 – Aula 2: Mídia e Estereótipos) .	50 minutos
		✓ Perceber o trabalho doméstico como um trabalho produtivo e contribuir para a tomada de consciência sobre a desvalorização do trabalho feminino tanto	50 minutos

		econômica quanto socialmente (Plano de aula 5 – Aula 2: Trabalho doméstico e trabalho produtivo). ✓ Identificar as situações de racismo e homofobia existentes na mídia brasileira (Plano de aula 4 – Aula 3: Mídia e Racismo).	50 minutos
	Direitos Sexuais e Reprodutivos	✓ Reforçar a importância dos adolescentes e jovens do sexo masculino se perceberem como corresponsáveis pela contracepção e o cuidado para com os/as filhos/as (Plano de Aula 6 – Aula 1: Discutindo a gravidez na adolescência).	50 minutos
	Violências baseadas em gênero	✓ Identificar tipos de violência, especificados na Lei Maria da Penha e os resultados depois da lei ter sido sancionada. (Plano de aula 1 – Aula 3: Violências contra a Mulher e Lei Maria da Penha).	50 minutos
Horas aula = 6 aulas de 50 minutos cada			

Fonte: Elaborado por Arruda & Nascimento.

2. Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Para atuar em um mundo em constante transformação, no qual as informações e o conhecimento multiplicam-se a cada momento, é necessário que adolescentes e jovens dominem diferentes linguagens técnico-científicas, desenvolvam recursos pessoais para realizar ações ou julgamentos práticos e éticos, além de compreender as complexas relações da natureza e o dinamismo do universo tecnológico. É importante que essas qualificações contribuam, também, para seu posicionamento social, cultural e político. Nesta proposta, espera-se que desenvolvam suas habilidades no convívio social, sem discriminar pessoas e sem o uso da violência na resolução de conflitos.

Desse modo, nossa proposta é incrementar o estudo com vídeos e livros paradidáticos, visitas a empresas e museus, atividades de investigação e de transformação. Além disso, a qualificação técnico-científica precisa estar associada à promoção da igualdade e da equidade de gênero e etnicorracial, dentre outras. Para tanto, devem ser considerados, em cada situação de aprendizagem, aspectos socioafetivos e éticos que contribuam para a formação integral de adolescentes e jovens no que diz respeito à vida social e ao trabalho, como apontada no quadro a seguir:

Quadro II: Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Área	Eixo	Objetivos/Aulas	Duração
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Normas sociais de gênero	✓ Discutir as desigualdades que ainda existem em relação às oportunidades para as mulheres no desenvolvimento de sua carreira (Plano de aula 5 - Aula 3: A situação da mulher no mercado de trabalho), estimulando a busca conjunta por estratégias de mudança dessa situação.	50 minutos
	Direitos sexuais e reprodutivos	✓ Discutir as várias razões pelas quais as pessoas escolhem ter ou não relações sexuais e os desafios e estratégias preventivas nos relacionamentos íntimos, reforçando a importância de se estabelecer habilidades de negociação e argumentação (Plano de aula 6 - Aula 4: É negociando que a gente se entende).	50 minutos
	Violências baseadas em gênero	<p>✓ Identificar as diferentes formas de violência, a partir de situações próximas ao universo de adolescentes e jovens, compreendendo criticamente as manifestações da violência virtual (Plano de aula 2 - Aula 1: De que violências estamos falando?).</p> <p>✓ Facilitar o reconhecimento das violências simbólicas existentes no cotidiano, identificando situações de sexismo e homofobia presentes em letras de músicas, por meio de pesquisas na internet (Plano de aula 2 – Aula 3: Letra e música). Duração: 1h40.</p>	<p>Duas aulas de 50 minutos cada uma.</p> <p>Duas aulas de 50 minutos cada uma.</p>
Horas aula: 6 aulas de 50 minutos cada			

Fonte: Elaborado por Arruda & Nascimento

1. Ciências Humanas e suas Tecnologias

As Ciências Humanas têm um papel estratégico para a formação integral de adolescentes e jovens e deveriam estar estabelecidas no Ensino Fundamental. No entanto, os currículos tradicionais pouco têm avançado para realizar todo esse potencial.

O desafio desta proposta consiste, portanto, em abrir mão dos conhecidos esquemas disciplinares, responsáveis pela fragmentação do conhecimento em microunidades descontextualizadas e desarticuladas entre si. Isso não significa o término do uso de disciplinas, pois, Filosofia, Geografia, História e Sociologia continuarão sendo fundamentais e indispensáveis para ampliar a compreensão da condição humana.

Para a realização deste desafio, é imprescindível que as escolhas que orientam a composição e a aplicação do currículo produzam sentidos para o/a estudante do Ensino Médio, respeitando e valorizando seu universo cultural. É preciso ter claro o objetivo de auxiliar adolescentes e jovens a desenvolverem noções de pertencimento e responsabilidade com relação à convivência com seus pares, familiares e espaços de sociabilidade em que vivem e atuam e pelos quais são influenciados. Esta área possui os seguintes temas estruturantes: as relações sociais, cultura, identidade e cidadania; poder, trabalho e ética.

Quadro III: Ciências Humanas e suas Tecnologias

Área	Eixo	Objetivos/Aulas	Duração
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Normas sociais de gênero	✓ Contribuir para a ampliação do repertório sobre gênero, masculinidades e feminilidades, estimulando a crítica aos estereótipos apresentados nos diferentes veículos de comunicação (Plano de aula 4. Aula 1: Compartilhando).	50 minutos
		✓ Refletir sobre o significado do trabalho na vida das mulheres e dos homens (Plano de aula 5. Aula 1: Trabalho do homem e trabalho da mulher).	50 minutos
	Direitos sexuais e reprodutivos	✓ Discutir sobre as responsabilidades das mulheres e dos homens na decisão sobre uma gravidez. (Plano de aula 6. Aula 2: A história de Joana).	50 minutos
	Violências	✓ Identificar situações comuns de violência no cotidiano da escola, incentivando-os/as a denunciar estas situações no Disque Denúncia: 180 (Plano de aula 6. Aula 5: Projeto de futuro).	1h40 minutos.
Horas aula: 5 aulas de 50 minutos cada			

Fonte: Elaborado por Arruda & Nascimento

Matemática e suas Tecnologias

Inequivocadamente, a matemática contribui com reais oportunidades para assegurar que adolescentes e jovens do Ensino Médio desenvolvam capacidades como: observar, registrar adequadamente, analisar,

argumentar, criticar com embasamento pertinente, formular questionamentos, resolver problemas e utilizar, com eficácia, conceitos, procedimentos, propriedades, linguagem e simbologia próprias dessa Ciência. Além de necessárias para a continuidade dos estudos, essas aprendizagens também serão bastante úteis em suas vidas cotidianas e ao ingressarem no mundo do trabalho.

As características específicas dessa área do conhecimento tornam importante a apropriação de ideias e de ferramentas matemáticas por adolescentes e jovens, para que eles possam realizar eficientemente atividades científicas, tecnológicas e culturais, além de exercer plenamente a cidadania. Ressalte-se, além disso, que diversas outras ciências se valem do rigor matemático no desenvolvimento de suas teorias.

Do mesmo modo, em inúmeras situações cotidianas, solicita-se o domínio de cálculos, a familiaridade com a leitura e a interpretação de gráficos ou o uso do raciocínio lógico. Assim, em um currículo de Ensino Médio orientado para o mundo do trabalho e para as interações sociais, é fundamental que os/as alunos/as tenham contato significativo com o modo de produção dessa ciência. Afinal, a matemática é que dá forma ao pensamento lógico dedutivo. Seus objetos de trabalho são abstrações mentais, formuladas com base em motivações concretas ou na própria curiosidade da mente humana, na busca de regularidades, generalizações e previsões.

Quadro IV: Matemática e suas Tecnologias

Área	Eixo	Objetivos/Aulas	Duração
Matemática e suas Tecnologias	Normas sociais de gênero	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mapear as percepções dos/as participantes sobre a igualdade de gênero nos esportes (Plano de aula 3 – Aula: Concordo ou discordo?) ✓ Envolver os/as participantes na busca por relações esportivas mais igualitárias e inclusivas, utilizando um jogo de basquete misto e diversificado (Plano de aula 3 – Aula 2: Basquete.) 	50 minutos 2 aulas de 50 minutos cada
	Direitos sexuais e reprodutivos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Enfatizar a responsabilidade que os homens devem assumir na eliminação da violência contra as mulheres e meninas (Plano de aula 1 – Aula 2: Vídeo Minuto).) 	2 aulas de 50 minutos cada
	Violências	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Produzir intervenções na escola sobre a violência no namoro, direcionados para a prevenção de diferentes tipos de violência que podem ocorrer em um relacionamento (Plano de aula 6 – Aula 3: Intervenção Urbana).) 	2 aulas de 50 minutos cada

Horas aula: 7 aulas de 50 minutos cada

Fonte: Elaborado por Arruda & Nascimento.

TOTAL DE AULAS PROPOSTAS NO CURRÍCULO

Área	Total de aulas
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	6 aulas
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	6 aulas
Ciências Humanas e suas Tecnologias	5 aulas
Matemática e suas Tecnologias	7 aulas
Total de aulas: 24	

Conclusões:

Não restam dúvidas de que, nos últimos anos, as transformações econômicas e culturais, o dinamismo do mercado de trabalho e a revolução causada pelo desenvolvimento tecnológico causaram inúmeras e profundas mudanças na sociedade brasileira e mundial. Esse novo cenário atingiu as instituições de ensino que se viram obrigadas a reavaliar sua postura e suas atribuições no mundo contemporâneo, bem como na reorganização de currículos, conteúdos e ferramentas.

No caso específico do Ensino Médio, ainda existem muitas discussões e debates. Seja pelos problemas referentes ao acesso e a permanência neste nível de ensino, seja pela qualidade da educação oferecida, ou, ainda, pela discussão sobre a sua própria identidade que, para muitos autores, nunca teve uma identidade muito clara, a não ser pelo trampolim para a universidade ou a formação profissional.

Daí a importância de se inserir a perspectiva de gênero e diversidade no currículo, como forma de desconstruir padrões rígidos que possam (e podem) favorecer a violência em suas diferentes vertentes, promovendo uma educação com base na equidade e na igualdade – de gênero, étnico-racial, diversidades sexuais, identidades de gênero, pessoas com deficiências – identificando as situações que acabam por ser invisibilizadas no cotidiano da escola. A busca pela igualdade e pela não violência precisa estar mais presente nos currículos não só do Ensino Médio como no Ensino Fundamental e no Ensino Universitário.

Embora existam documentos que constituem importantes instrumentos de referência para a construção de políticas públicas de educação no Brasil, a partir da ótica de gênero, essas políticas acabam não sendo devidamente efetivadas nos estabelecimentos de ensino, tanto públicos quanto privados. Entre as questões levantadas pelas autoras em sua análise de documentos de políticas públicas no Brasil, está o questionamento acerca da sistematização e aprofundamento das questões que compõe a perspectiva de gênero e outras, como as de classe/etnia, orientação sexual e geração, num trabalho constante e permanente junto aos educadores e ao currículo.

Para uma efetiva inclusão de questões voltadas para a desconstrução de normas rígidas de gênero e a ideia de que “*o valente é violento*”, é preciso extrapolar os limites da sala de aula e envolver todos que fazem parte da comunidade escolar, pois cada espaço da instituição – as salas de aula, a sala de professores, a cozinha, o saguão, o corredor ou o pátio podem ocorrer manifestações de preconceito, discriminação e violência de gênero, merecendo desta forma a atenção dos profissionais que atuam na escola.

Finalmente, nossa sugestão é a de utilizar na formação de docentes atividades que favoreçam a reflexão sobre suas práticas e saberes relacionados a gênero, sexualidades, raças/etnias, diversidades, culturas jovens dentre outros, buscando por estratégias como leitura de livros de literatura cuja temática facilite a abordagem tanto de gênero como de diversidade sexual com os discentes; leitura de textos e imagens retirados de livros didáticos

na intenção de aguçar a percepção quanto à sutileza da linguagem estereotipada e preconceituosa; apresentação de reportagens que podem ser utilizadas para o debate das desigualdades de gênero em diversas situações da sociedade retiradas da internet; apresentação de música onde a letra contenha questões a serem postas à reflexão do grupo; a apresentação de piadas e situações constrangedoras comuns nos ambientes escolares.

Questões como violência de gênero, homofobia, sexismo fazem parte do contexto escolar e devem ser encarados francamente pela escola e debatidos para serem superados. Não se devem deixar esses assuntos, por serem espinhosos, para serem discutidos em seminários e sim, discutidos em sala de aula no momento que as dúvidas ou os preconceitos se evidenciam e com a franqueza e singeleza que merecem.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- AÇÃO EDUCATIVA, ECOS & INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE/SP. **Campanha Educação Não Sexista e Antidiscriminatória**. São Paulo, 2011.
- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Plano Nacional de Educação**: por que gênero assusta tanto? Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/plano-nacional-de-educacao-por-que-o-genero-assusta-tanto/>. [Acesso em 23 de março de 2015]
- ALVES, Thiago. PINTO, José Marcelino de Rezende. Caderno de Pesquisas, **Fundação Carlos Chagas**, v. 41, no 143, maio/ago 2011.
- AUAD, Daniela. **Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude**: como discutir a sexualidade em casa e na escola. São Paulo: Cortez, 1998.
- BECKER, Kalinca Léia. **Uma análise econômica entre a educação e a violência**. Orientadora: KASSOUF, Ana Lúcia. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2012.
- BEZERRA, Maria Luísa. RIBEIRO, Márcia. **A escola e o currículo multicultural**: desafios e perspectivas. Natal: Departamento de Educação - UFRN, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.1.pdf> [03 de maio de 2015].
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 23 de março de 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio**: Matemática, v.2. Brasília: MEC/SEB, 2006.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I**: ensino médio e formação humana integral / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores : Carmen Sylvia Vidigal Moraes... et al.]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II**: o jovem como sujeito do ensino médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [organizadores: Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno III**: o currículo do ensino médio, seu sujeito e o desafio da formação humana integral / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores : Carlos Artexes Simões, Monica Ribeiro da Silva]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013.
- BRASIL/MEC. **Linha do Tempo**: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. [Acesso em 23 de março de 2015].

CANEDO. Maria Luiza Canedo. Possibilidades e limites de uma escola pública: percepções de famílias populares”. **Revista Luso Brasileira de Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio. Edição especial, 2012.

ENTRELETRAS, Araguaína/TO, v. 3, n. 1, p. 104-123, jan./jul. 2012 (ISSN 2179-3948 – online) ARAÚJO, Rubenilson Pereira de; CAMARGO, Flávio Pereira. **Gênero e diversidade sexual no currículo**. Disponível em:

[http://www.uft.edu.br/pqletras/revista/capitulos/\(08_g%C3%AAnero_e_diversidade_sexual_no_curr%C3%ADculo_escolar...\).pdf](http://www.uft.edu.br/pqletras/revista/capitulos/(08_g%C3%AAnero_e_diversidade_sexual_no_curr%C3%ADculo_escolar...).pdf). [Acesso em 23 de março de 2015].

FINI, Maria Inês & MICELI, Paulo. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2012;

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/educacenso>. Acesso em [03 de maio de 2015]

INFORME BRASIL. **Gênero e Educação. Campanha Educação Não Sexista e Antidiscriminatória**. Ação Educativa, Ecos – Comunicação e Sexualidade.

INSTITUTO PROMUNDO. **Adolescentes, jovens e educação em sexualidade: um guia para ação**. Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2011.

KRAWCZYK, Nora. **O Ensino Médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e educação: teoria e política**. In LOURO, Guacira Lopes;

NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual**. – Curitiba: SEED, 2009.

RUIZ, Antonio Ibañez. RAMOS. Mozart Neves, HINGE, Murílio I. **Escassez de Professores no Ensino Médio: Propostas Estruturais e Emergenciais**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, MEC. Brasília, 2007.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli**. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012.

SAYÃO, Roseli. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J. G.(org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SAYÃO, Yara. Orientação Sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G.(org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997;

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento: da educação básica ao ensino médio**. Brasília: 2011-2012.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para a análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). **Sociologia do ensino médio**: crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortez, 2014. p. 33-62.

TEIXEIRA. Inês Assunção de Castro. **Da Condição Docente**: Primeiras Aproximações Teóricas. Educ. Soc., Campinas, v. 28, no. 99, pp. 426-443, maio/ago. 2007.

UNESCO. **Currículo integrado para o Ensino Médio**: das normas à prática transformadora/ organizado por Marilza Regattieri e Jane Margareth Castro. – Brasília: Unesco, 2013.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: Unesco, 2014

UNICEF. **Desafios do ensino médio no Brasil**: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos / [coordenação Mário Volpi, Maria de Saete Silva e Júlia Ribeiro]. – 1. ed. – Brasília, DF: Unicef, 2014.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUN, Sandra. Gênero na educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, volume 27, n.95, maio/ago. 2006.